

A Importância do Ambiente Construído para Pessoas em Situação de Vulnerabilidade: Uma Reflexão Sobre Abrigos Institucionais e Comunidades Terapêuticas

QUEIROZ, Bárbara Terra

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

PIMENTEL, Caroline Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Resumo

A situação de vulnerabilidade está associada à fragilidade do indivíduo perante algo ou alguém. No Brasil diversas políticas assistencialistas destinam-se ao atendimento de pessoas caracterizadas vulneráveis. O direcionamento a ambientes temporários é uma alternativa usual para o tratamento desses indivíduos. Embora inseridos em espaços dotados de infraestrutura, nem sempre o ambiente atende de forma qualitativa a relação composta com o usuário. Para que o espaço seja um colaborador é necessário que o indivíduo constitua um Lugar e se sinta integrante do meio. Neste contexto, o presente artigo tem por objetivo refletir a importância do ambiente construído para pessoas em situação de vulnerabilidade, de modo a contemplar a satisfação dos usuários e sua influência na adaptação e integração com o local onde encontram-se inseridos. Tal contextualização é efetuada através de pressupostos teóricos e análise empírica de diferentes espaços com função assistencialista e de caráter provisório, sendo estes; um Abrigo Institucional e uma Comunidade Terapêutica.

Introdução

A definição de vulnerabilidade está relacionada a vulnerável, que configura-se como algo e/ou alguém que está passível de ser ferido ou atingido, que não possui muitas defesas (Ferreira 1986). A vulnerabilidade está associada à fragilidade momentânea do indivíduo e inúmeros motivos podem levar uma pessoa a se encontrar nessa situação. No Brasil existem várias políticas assistencialistas para o atendimento de pessoas com alguma debilidade. O encaminhamento a ambientes temporários é

uma alternativa usual de atendimento, no entanto, a qualidade desses espaços é questionada quando analisado a relação com o usuário.

Este artigo tem por objetivo refletir a importância do ambiente construído para pessoas em situação de vulnerabilidade, considerando os estudos da Psicologia Ambiental, que investiga as interações pessoa-ambiente, e consequentemente a influência do ambiente na maneira como cada pessoa o percebe, alterando seu comportamento e sentimentos. O entendimento sobre o modo como os usuários percebem o ambiente e atuam sobre ele é essencial para a produção de espaços satisfatórios, que consideram as necessidades e desejos dos indivíduos (Cavalcante e Elali 2011).

O presente artigo foi desenvolvido a partir de uma metodologia baseada em pesquisas de pressupostos teóricos e análise empírica de diferentes instituições com função assistencialista de caráter provisório. Para a abordagem foram escolhidos o Abrigo Institucional e a Comunidade Terapêutica, tal escolha partiu da necessidade de demonstrar a percepção sobre o assunto através de públicos distintos, caracterizados por diferentes problemas e faixas etárias. Cabe salientar que este trabalho faz parte de pesquisas maiores, e o conteúdo apresentado é apenas um recorte com a finalidade de contextualizar a relação existente entre usuário-ambiente.

O ambiente onde se encontra inserido é muito importante para o ser humano. O homem está a todo momento trocando informações com o que está ao seu redor, e um mesmo espaço pode ser percebido de forma diferente pelos indivíduos. Deste modo, os ambientes vivenciados e

experenciados proporcionam sentimentos e constituem valores, e ao se tornarem familiar passam a ser compreendidos como Lugar (Tuan 1983).

Os locais temporários que abrigam indivíduos em condições vulneráveis possuem grande influência sobre os mesmos, sendo capaz de contribuir positivamente ou negativamente no processo de reestruturação, psicológica e social. Deste modo, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de aperfeiçoamento desses locais, considerando necessário que o ambiente construído proporcione condições adequadas para que o sujeito possa se apropriar e estabelecer sentimentos. Tal temática constitui-se de um problema social pouco explorado, quando analisado pelo viés da arquitetura, que atinge diferentes públicos.

Relação Pessoa-Ambiente:

Comportamento Espacial, Afetividade e Apropriação do Espaço

Embora a relação existente entre as pessoas e os lugares a partir das diferentes maneiras de experienciar e interpretar o lugar seja complexa (Tuan 1983), é possível delimitar atributos que caracterizam a qualidade ambiental. Assim, a análise para qualificar ambientes de acolhimento para populações vulneráveis acontecerá por meio de aspectos relativos ao comportamento espacial, afetividade e apropriação do espaço.

Comportamento espacial

O comportamento espacial incorpora aspectos como a territorialidade e o espaço pessoal, que são mecanismos utilizados para controlar o nível de contato social desejado. A territorialidade está relacionada a necessidade do indivíduo em ter domínio de um espaço individual. Também associa-se a status, que caracteriza o mais importante em um grupo. A ordem espacial e social são destruídas pelo excesso de população, contudo, a territorialidade não é necessária quando as pessoas reagem a outras como não-pessoas, ou seja, pessoas que não são notadas (Sommer 1973).

Cada indivíduo possui um espaço pessoal, que são os limites invisíveis que cercam o corpo do sujeito, necessários para manter a sua intimidade. As pessoas têm a necessidade de marcar seu espaço pessoal a fim de manter domínio e privacidade. O tamanho do espaço pessoal é subjetivo, ele varia de acordo com as

características e vivências de cada ser humano (Sommer 1973).

É importante reconhecer estes mecanismos de territorialidade e espaço pessoal para propor a organização espacial, considerando os níveis desejáveis de interação social e privacidade a partir do controle da distribuição e da densidade de pessoas.

Afetividade

Muito do que é percebido pelo homem traz consigo algum valor, seja para sobrevivência biológica, seja para proporcionar satisfações. A percepção é resultado dos sentidos aos estímulos externos, e a sucessão dessas percepções estão associadas às experiências obtidas durante a vida. É a partir das experiências contextualizadas, que podem ser tanto pessoais como sociais, que se concretiza o conceito de Topofilia, sendo este, configurado através do elo afetivo estabelecido entre a pessoa e o ambiente físico. É através da cinestesia que os homens podem ter sentimentos intensos, tanto em relação ao meio ambiente natural quanto ao construído (Tuan 1980).

A arquitetura, enquanto ambiente construído é responsável por definir e aperfeiçoar a sensibilidade, aguçando e ampliando a consciência (Tuan 1983). O vínculo emocional pode ser gerado pelo sentimento de segurança e bem-estar que o lugar proporciona. Quando um espaço ou objeto é familiar, ele não cria desdém, ao contrário, aumenta a afeição (Sommer 1973). Um exemplo de lugar familiar é o lar, um local de acolhimento do corpo e da alma, no qual é possível se identificar.

Apropriação do espaço

As heranças e as variações culturais interferem na forma como os usuários se apropriam do espaço, pois aplicam significados ao ambiente construído conforme as imagens associativas que possuem do local (Ornstein, Bruna e Romero 1995). O apego pode ser conceituado como um componente do sentimento afetivo ao lugar. Esses sentimentos podem variar, se tornando mais relevantes durante certos estágios da vida. A personalização do espaço é uma alternativa, a fim de se fortalecer o vínculo entre usuário e ambiente (Tassara, Rabinovich e Guedes 2004).

Neste contexto, a personalização, a identificação, a intervenção e a apropriação, por

meio de reformas, cores, vegetação e objetos pessoais, são muito importantes para os usuários de uma habitação e de outros ambientes. No entanto, muitas vezes as intervenções no ambiente não são permitidas, apenas para preservar um padrão estético. Os sentimentos de posse e pertencimento estão ligados a personalização. As pessoas tendem a rejeitar ambientes desconhecidos e inflexíveis, elas preferem espaços que possam ser alterados, para deixar suas marcas, e assim se identificar no ambiente e o reconhecer como seu (Sommer 1973).

A variedade e a flexibilidade são importantes para a concretização da apropriação, pois ampliam o campo de escolha individual. A variedade está associada a multiplicidade de ambientes e espaços que o usuário pode escolher. A flexibilidade é caracterizada pela diversidade de usos que um mesmo ambiente pode contemplar, permitindo que a pessoa adapte o espaço conforme seus gostos e suas necessidades específicas (Sommer 1973). Mesmo em ambientes institucionais, nos quais existem regras, é possível permitir a variedade e a flexibilidade.

Qualidade do Lugar em Ambientes de Vulnerabilidade:

Abrigo Institucional e Comunidade Terapêutica

Os Abrigos Institucionais são espaços que disponibilizam acolhimento provisório a crianças e adolescentes de 0 a 18 anos afastados de seu convívio familiar através de medidas protetivas. O serviço deve ter aspecto semelhante ao de uma residência, oferecendo ambiente acolhedor e condições adequadas para o atendimento com padrões de dignidade. Além disso, a edificação deve estar inserida em uma área residencial, na qual seja possível favorecer o convívio familiar, estabelecer vínculos comunitários e fazer utilização de equipamentos e serviços públicos disponíveis na comunidade local (CONANDA e CNAS 2009).

O encaminhamento dos indivíduos aos serviços de acolhimento pode ocorrer por distintos motivos, destacam-se como os principais motivos: o abuso sexual; a negligência dos pais e/ou responsáveis; o abandono; a dependência química; a orfandade; a vivência de rua; e a violência doméstica (CNMP 2013).

As Comunidades Terapêuticas são serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas, em regime de residência (Brasil 2011). Não há uma estrutura padrão, nem cronograma de funcionamento, as atividades desenvolvidas possuem grande variabilidade (Ribeiro, Figlie e Laranjeira 2004). A convivência entre os pares é o principal instrumento terapêutico, que tem por finalidade resgatar a cidadania desses usuários, por meio da reabilitação física e psicológica e da reinserção social (Brasil 2011).

A permanência é voluntária em Comunidades Terapêuticas, e o tratamento pode variar de semanas a meses. Muitas Comunidades Terapêuticas brasileiras gozam de prestígio e confiança, devido a organização e qualidade do serviço prestado, porém, existem instituições funcionando sem infraestrutura, e sem serviço especializado (Ribeiro, Figlie e Laranjeira 2004).

Os espaços aqui exemplificados são voltados para o atendimento assistencial. Apesar de apresentarem públicos distintos, os Abrigos Institucionais e as Comunidades Terapêuticas apresentam características comuns, ambas as instituições se caracterizam como locais de moradia temporária que prezam o bem-estar de seus usuários.

Embora visem a satisfação do usuário, inúmeras instituições estão em desconformidade quando analisados os seus aspectos qualitativos. Esses espaços são concebidos sem considerar a vivência do público alvo, pois “quando a sociedade constrói instituições especiais para classes de não-pessoas, [...] tais instituições são planejadas em função dos interesses da sociedade, e não dos interesses dos indivíduos” (Sommer 1973, 187).

Os espaços voltados para dependentes químicos e para crianças sob medidas protetivas de abrigo são caracterizados por ambientes com infraestrutura semelhante a uma residência, que para o seu uso foram adaptados visando a adequação aos programas assistencialistas (Brasil 1990). Através de visitas realizadas em instituições voltadas ao atendimento do público alvo deste trabalho, foi possível o desenvolvimento de uma análise geral sobre como se dá a ocupação do espaço e como ocorre a relação ambiente-usuário.

No que condiz ao comportamento espacial, que incorpora a territorialidade e o espaço pessoal, percebeu-se que o único local, mais precisamente o objeto, onde os residentes possuíam o domínio era a cama. A escolha do dormitório é realizada de forma aleatória, podendo o usuário se apropriar do local que mais lhe agrada, considerando a separação entre homens e mulheres. Entretanto, ao mesmo tempo em que o dormitório assegura a posse e o domínio da cama, ele confronta a individualidade, pois todos os quartos existentes são compartilhados (figura 1).

Considerando a importância da territorialidade e do espaço pessoal, é importante se atentar ao adensamento populacional existente nessas instituições abordadas. O controle da quantidade de indivíduos nestes espaços é questionado, em algumas circunstâncias se admite uma capacidade maior do que a suportada, gerando

conflitos em alguns momentos devido a ausência do número adequado de mobiliário para atender as necessidades dos indivíduos (figura 2).

Embora muitos usuários criem repulsão, principalmente no primeiro momento, devido as circunstâncias as quais foram encaminhados para as instituições assistencialistas, o elo de afetividade acaba sendo configurado pela figura do lar, representados pela casa onde estão inseridos, visto que estes indivíduos se encontram afastados de seus vínculos familiares e inseridos em um ambiente com pessoas desconhecidas, mas, com o convívio tornam-se íntimas. As crianças conseguem se socializar mais rápido com os demais integrantes do espaço, através das brincadeiras (figura 3), no entanto, nem todas as instituições possuem um espaço apropriado para isso.



Figura 1. Quarto coletivo de uma Comunidade Terapêutica com personalização e objetos pessoais. Pimentel 2018.



Figura 2. Quarto de um Abrigo Institucional mostrando o adensamento da instituição. Queiroz 2018.



Figura 3. Crianças brincando em um ambiente amplo de um Abrigo Institucional. Queiroz 2018.

As crianças acabam criando um elo maior com o ambiente, principalmente as mais novas, para elas os abrigos são interpretados como sua própria casa. Tais constatações acabam muitas vezes sendo influenciadas pelo tempo de estadia no local, podendo chegar até dois anos, o que contribui para aceitação de lar e o estabelecimento de sentimentos.

Como atributos de apropriação do espaço, a variedade, que permite ao usuário escolher onde quer ficar, é respeitada, tanto nos Abrigos Institucionais, como nas Comunidades Terapêuticas, mas, com restrições, pois as instituições apresentam regulamentos e uma rotina obrigatória que devem ser cumpridos pelos residentes, seja para sua educação ou para sua ressocialização. A flexibilidade acontece em relação aos espaços, que muitas vezes são multiusos, contudo isso não se aplica ao mobiliário, o qual na maioria dos locais é restrito a limitação espacial (figura 4 e 5).



Figura 4. Área de serviço adaptada para atividades físicas na Comunidade Terapêutica. Pimentel 2018.



Figura 5. Espaço para refeições e desenvolvimento de atividades escolares das crianças do abrigo. Queiroz 2018.

Dentre todas as análises realizadas a partir dos aspectos aqui trabalhados, constatou-se que para a melhor adequação do usuário ao espaço é preciso que ele se sinta confortável e integrado ao meio. Neste caso algumas alterações poderiam ser permitidas e/ou realizadas, como a utilização de objetos pessoais, carregados de valor simbólico, que auxiliariam no suporte emocional e permitiria a marcação de território.

A personalização nesses lugares muitas vezes é limitada devido ao espaço e por uma falta de conscientização. As modificações são associadas a despesas, porém, existem possibilidades de personalização de baixo custo, como o uso de murais com desenhos, fotos e mensagens, o que proporciona um ambiente mais afetivo e humanizado, colaborando para que os usuários se sintam integrantes e participantes do espaço.

Considerações Finais

Uma pessoa em condição vulnerável está mais suscetível a afetar-se e abalar-se com situações cotidianas e espaços em que esteja inserida. Deste modo, a qualidade do ambiente, tanto nos aspectos qualitativos quanto nos quantitativos, contribuem para o processo de reconstrução do indivíduo.

A temática aqui exposta se constitui em um assunto de extrema importância para ser discutido e analisado junto a pesquisadores e profissionais envolvidos com questões relacionadas a assistência social, partindo de discussões interdisciplinares, voltados a qualidade dos ambientes ofertados aos usuários, assim como seus respectivos comportamentos nesses espaços. A arquitetura é mais do que espaços físicos, ela exerce impactos sobre seus usuários, podendo ser positivos ou negativos. Destaca-se com isso a importância dos arquitetos para a concepção de ambientes que considerem a opinião e a vivência das pessoas que utilizam esses espaços, uma vez que os usuários são os principais influenciados.

Acredita-se que a elaboração e o aperfeiçoamento de parâmetros para espaços assistencialistas sejam fatores otimizadores para a melhoria da qualidade e das sensações proporcionadas pelos ambientes. Para tanto, é necessário identificar e valorizar experiências com bons resultados, mas também, evitar erros já identificados para que a disponibilização de ambientes com qualidade torne-se algo real e seja benéfico na reintegração dos usuários na sociedade.

Notas Finais

1. Brasil, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Lei Federal 8.069/1990. Brasília, 1990.
2. Brasil, Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. “Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 29, de 30 de junho de 2011.” Dispõe sobre os requisitos de segurança sanitária para o funcionamento de instituições que prestem serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas. Brasília: Diário Oficial da União, 21 de Agosto de 2011.
3. Cavalcante, Sylvia, e Gleice A. Elali. Temas básicos em Psicologia Ambiental. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
4. CNMP (Conselho Nacional Do Ministério Público). Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 71/2011: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2013.
5. CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) e CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social). Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília, 2009.
6. Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário Aurélio. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
7. Ornstein, Sheila Walbe, Gilda Collet Bruna, e Marcelo de Andrade Romero. Ambiente Construído & Comportamento: A Avaliação Pós-Ocupação e a Qualidade Ambiental. São Paulo: Studio Nobel, FAU-USP, FUPAM, 1995.
8. Pimentel, Caroline Silva. Atributos ambientais e vivência em comunidades terapêuticas: Comunidade Esperança Nova Aurora - SP. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
9. Queiroz, Bárbara Terra. Qualidade do lugar em abrigo institucional da Grande Vitória-ES: casa de acolhimento provisório infantil. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
10. Ribeiro, Marcelo, Neliana Buzi Figlie, e Ronaldo Laranjeira. “Organização de Serviços de Tratamento para a Dependência Química.” Em Aconselhamento em Dependência química, por Neliana Buzi Figlie, Selma Bordin e Ronaldo Laranjeira. São Paulo: Roca, 2004.
11. Sommer, Robert. Espaço pessoal. São Paulo: EPU, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.
12. Tassara, Eda Terezinha de Oliveira, Elaine Pedreira Rabinovich, e Maria do Carmo Guedes. Psicologia e Ambiente. São Paulo: EDUC, 2004.
13. Tuan, Yi-fu. Espaço & Lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.
14. Tuan, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.